

Humala e esposa são condenados no Peru

Ex-presidente cumprirá 15 anos por corrupção em caso envolvendo a Odebrecht; Nadine Heredia recebeu asilo no Brasil

/ AMÉRICA LATINA

A ex-primeira-dama do Peru Nadine Heredia, mulher do ex-presidente Ollanta Humala, desembarcou nesta quarta-feira no Brasil após receber asilo diplomático do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Na véspera, ela foi autorizada pela presidente peruana, Dina Boluarte, a receber asilo, depois de ser condenada por corrupção.

“A Embaixada do Brasil no Peru comunicou que, em respeito à Convenção sobre Asilo Diplomático de 1954, da qual ambos os Estados são partes, decidiu conceder asilo diplomático a Nadine Heredia Alarcón e seu filho menor Samin Mallko Ollanta Humala Heredia”, afirmou o Ministério das Relações Exteriores peruano.

De acordo com o artigo 12 da convenção citada, o Estado do qual o solicitante de asilo pretende sair é obrigado a atender imediatamen-

te o pedido, vindo do país que vai recebê-lo, de permitir que o asilado vá para território estrangeiro, “salvo caso de força maior”. “O governo peruano prestou as referidas garantias para a transferência de ambas as pessoas e concedeu os correspondentes salvo-condutos”, conclui a nota da chancelaria.

Na terça-feira, a Justiça do Peru condenou Nadine e seu esposo, o ex-presidente Ollanta Humala, a 15 anos de prisão por lavagem de dinheiro no caso de aportes ilegais da empreiteira brasileira Odebrecht e da Venezuela para as campanhas de 2011 e 2006 do político, respectivamente. Nadine também foi acusada por ser cofundadora da legenda Partido Nacionalista. A sentença encerra mais de três anos de audiências contra o ex-líder de centro-esquerda que governou o Peru de 2011 a 2016.

O ex-presidente cumprirá sua pena em uma base policial cons-

truída especialmente para abrigar os líderes presos do Peru. Sua prisão entra em vigor imediatamente. A defesa de Humala afirmou que vai recorrer da decisão.

A Odebrecht, cujo escândalo de subornos e corrupção teve consequências em vários países da América Latina, reconheceu em 2016 que pagou milhões de dólares em propinas e doações eleitorais ilegais no Peru desde o início do século 21. Segundo a acusação, na campanha derrotada de 2006, o casal teria desviado quase US\$ 200 mil enviados pelo então presidente da Venezuela, Hugo Chávez, por meio de uma empresa do país.

O Ministério Público havia pedido 20 anos de prisão para Humala e 26 anos para Nadine - ambos também foram acusados de ocultação de fundos por “compras de imóveis com dinheiro da Odebrecht”. O casal nega ter recebido dinheiro. O advogado do ex-presi-



Sentença do casal dá fim a mais de três anos de audiências

dente, Wilfredo Pedraza, afirmou que “não foi provado que entrou dinheiro da Venezuela em 2006, e nunca se corroborou que entrou dinheiro da Odebrecht em 2011”.

Humala, de 62 anos, aguardou a sentença final em liberdade. Já Nadine não compareceu ao jul-

gamento, argumentando motivos de saúde, o que fez a juíza emitir uma ordem de captura. No início da tarde de terça, policiais cercaram sua casa para cumprir a determinação, mas seu paradeiro até então era desconhecido. Mais tarde, Nadine solicitou asilo.

Ingresso do FMI faz reservas da Argentina subirem

O desembolso de US\$ 12 bilhões do empréstimo acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) fez as reservas internacionais da Argentina subirem para US\$ 36,8 bilhões, informou o Banco Central do país.

Nesta terça-feira, o BC não fez intervenções no mercado pelo segundo dia seguido, já que as cotações referenciais do dólar segui-

ram dentro da faixa estipulada pelo governo. No novo esquema cambial, a cotação pode ficar dentro da faixa flutuante entre 1.000 e 1.400 pesos.

O dólar oficial subiu, cotado a 1.179,76 na compra e 1.233,89 na venda, na média das entidades financeiras divulgada pelo Banco Central. O dólar negociado no mercado paralelo, chamado dólar

blue, permaneceu inalterado em 1.285,00 pesos. Na segunda-feira, o dólar blue caiu 6,6%, marcando sua maior queda desde 14 de dezembro de 2023 (-7,5%), no início do mandato de Javier Milei, informou o Âmbito Financiero.

O dólar MEP caiu a 1.237,90 pesos. O dólar Banco Nación ficou inalterado em 1.230,00, ainda segundo o mesmo veículo.

Governo processa o Maine por permitir atletas trans

/ ESTADOS UNIDOS

A secretária de Justiça dos EUA, Pam Bondi, anunciou nesta quarta-feira que seu departamento entrou com um processo contra o estado de Maine por se recusar a proibir atletas transgênero de participarem de esportes femininos.

Bondi sugeriu que a presença dessas atletas em equipes femininas colocaria colegas em risco. No entanto, a ação não apresenta nenhuma evidência de que atletas cisgênero estejam enfrentando perigo.

O processo foi aberto cinco dias após o governo federal anunciar corte de todo o financiamento federal destinado ao Maine para escolas públicas e para o programa de merenda escolar. Em uma reunião em 21 de fevereiro entre Trump e um grupo de governadores, ele se desentendeu justamente com a go-

vernadora democrata de Maine, Janet Mills. Na ocasião, o presidente ameaçou suspender verbas caso o estado não aceitasse seu decreto.

A ameaça levou Mills a responder: “Vamos seguir a lei, senhor. Nós nos vemos no tribunal.” O processo judicial acusa o Maine de violar o Título 9 da lei de direitos civis, que proíbe a discriminação com base em sexo em escolas financiadas pelo governo federal, ao permitir que atletas transgênero participem de esportes femininos.

Desde que retornou ao poder em janeiro, Trump tem atacado o reconhecimento da diversidade de gênero e direcionado críticas às pessoas trans. Seu decreto permite que agências do governo norte-americano neguem financiamento a escolas que permitem a participação de transgêneros em competições femininas. O Departamento

de Agricultura notificou o Maine em 2 de abril de que estava congelando os repasses para a merenda.

Um juiz federal bloqueou temporariamente o corte de recursos após o estado processar o governo. No mesmo dia, o Departamento de Educação anunciou que cortaria os US\$ 250 milhões destinados ao ensino público, como parte de um processo administrativo.

A procuradora-assistente do estado, Sarah Forster, declarou em carta de 11 de abril que o Maine não assinaria a proposta de resolução federal nem qualquer versão revisada. “Não há nada no Título 9 ou em seus regulamentos que proíba escolas de permitir que meninas e mulheres trans participem de equipes esportivas femininas”, escreveu ela. “As suas cartas, até agora, não citam um único caso que afirme isso.”

